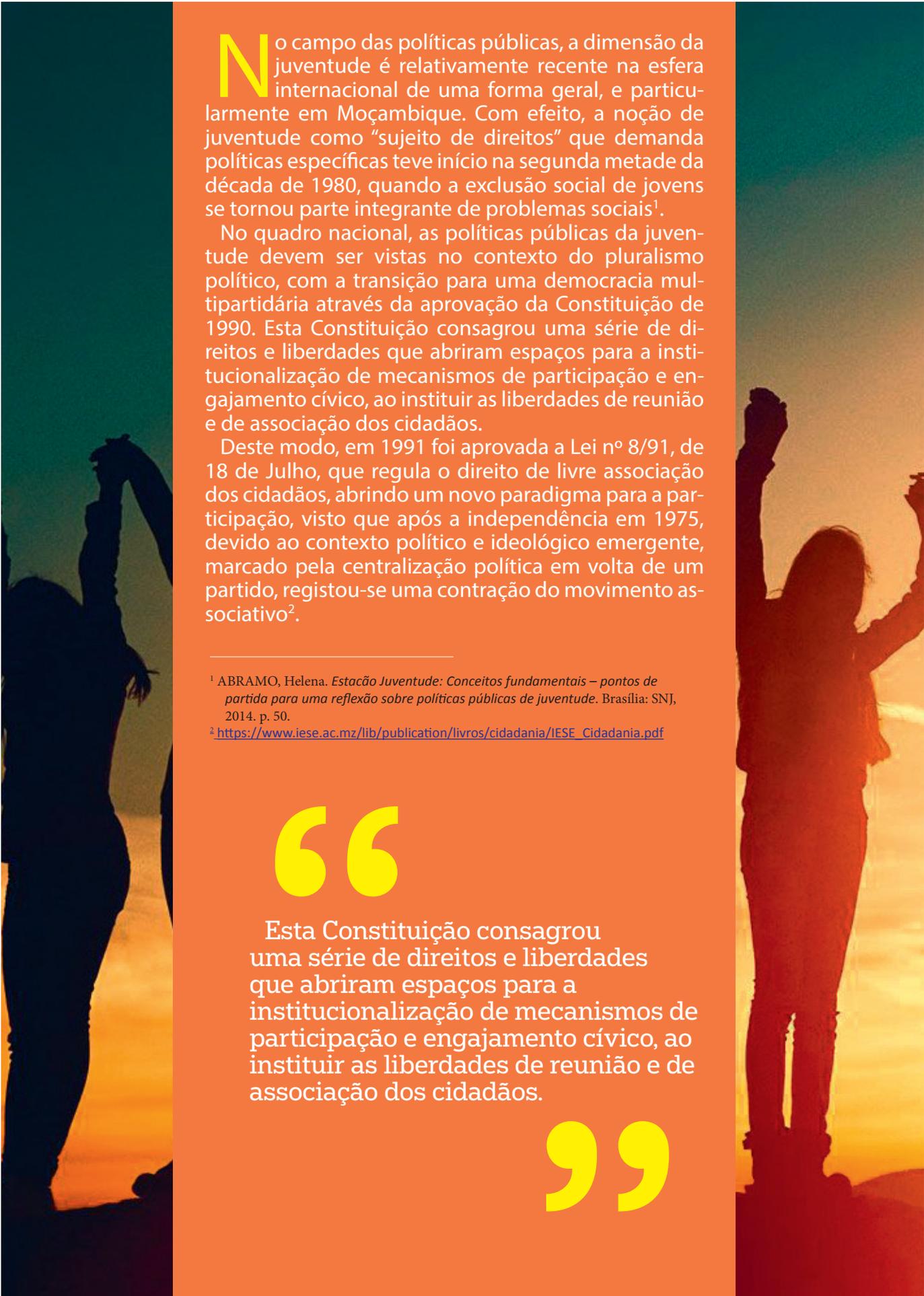


Sucesso das políticas da juventude exige acções coordenadas entre Governo, sociedade civil e parceiros de desenvolvimento

- Moçambique possui um quadro institucional considerável para a promoção da liderança e participação da juventude nos processos políticos, sociais e económicos. Entretanto, quase três décadas depois da aprovação da política da juventude, o grande objectivo de dar primazia à participação de jovens na construção da nação moçambicana proposto na Política da Juventude continua uma miragem, apesar dos aparentes esforços de política, o que gera questionamentos sobre a sua eficácia.



The page features a central orange text area flanked by two vertical panels. Each panel shows the silhouette of a person with their arms raised in celebration against a sunset sky. The overall mood is one of joy and achievement.

No campo das políticas públicas, a dimensão da juventude é relativamente recente na esfera internacional de uma forma geral, e particularmente em Moçambique. Com efeito, a noção de juventude como “sujeito de direitos” que demanda políticas específicas teve início na segunda metade da década de 1980, quando a exclusão social de jovens se tornou parte integrante de problemas sociais¹.

No quadro nacional, as políticas públicas da juventude devem ser vistas no contexto do pluralismo político, com a transição para uma democracia multipartidária através da aprovação da Constituição de 1990. Esta Constituição consagrou uma série de direitos e liberdades que abriram espaços para a institucionalização de mecanismos de participação e engajamento cívico, ao instituir as liberdades de reunião e de associação dos cidadãos.

Deste modo, em 1991 foi aprovada a Lei nº 8/91, de 18 de Julho, que regula o direito de livre associação dos cidadãos, abrindo um novo paradigma para a participação, visto que após a independência em 1975, devido ao contexto político e ideológico emergente, marcado pela centralização política em volta de um partido, registou-se uma contração do movimento associativo².

¹ ABRAMO, Helena. *Estação Juventude: Conceitos fundamentais – pontos de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude*. Brasília: SNJ, 2014. p. 50.

² https://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/cidadania/IESE_Cidadania.pdf

“

Esta Constituição consagrou uma série de direitos e liberdades que abriram espaços para a institucionalização de mecanismos de participação e engajamento cívico, ao instituir as liberdades de reunião e de associação dos cidadãos.

”

Em 1992, foi criado o Ministério da Cultura e Juventude, mais tarde transformado em Ministério da Juventude e Desportos, o que permitiu a priorização dos assuntos da juventude na agenda do Governo, levando à aprovação, através da Resolução n.º 4/96, da Política da Juventude, cujo objectivo fundamental era “fazer da juventude a faixa mais participativa da sociedade no processo de construção na nação moçambicana”³.

Por forma a responder a este objectivo fundamental, uma série de medidas de política foram implementadas ao longo dos anos. O ano de 2006 marca a aprovação da Estratégia de Desenvolvimento Integral da Juventude que tinha como visão potenciar o jovem moçambicano para a realização das suas potencialidades e capacidades criativas, empreendedoras e de espírito voluntarista, assumindo as suas responsabilidades no processo de desenvolvimento do País.

Cerca de dois anos mais tarde, a Assembleia da República ratificou a Carta Africana da Juventude adoptada pelos Chefes de Estado e de Governo da União Africana. Este instrumento traz consigo um conjunto de dispositivos que devem ser seguidos pelos países membros por forma a responder às necessidades de ordem diversa da juventude africana. Esta série de reformas institucionais para atender ao objectivo principal da Política da Juventude culminou com a substituição, no ano de 2020, do Ministério da Juventude e Desportos pela Secretaria de Estado da Juventude e Emprego, entidade que nasce da compreensão da necessidade de promoção e priorização do emprego juvenil.

No mesmo âmbito, o Governo introduziu o Plano de Acção de Implementação da Política da Juventude – 2020 (PAIPJ 2020), que resulta essencialmente da harmonização das acções que incidem sobre adolescentes e jovens constantes do Plano Económico e Social 2020 (PES 2020), com vista à melhoria da qualidade de vida dos adolescentes e jovens, através da promoção do acesso à educação, saúde, emprego, habitação, prevenção e combate às uniões forçadas e gravi-

dezes precoces⁴.

Contudo, o factor de influência na definição do objectivo fundamental da Política da Juventude em Moçambique foi essencialmente o fenómeno de rejuvenescimento da população moçambicana. Dados que fundamentam a elaboração da Política da Juventude mostram que a evolução histórica da taxa de natalidade modelou uma estrutura da população bastante jovem, caracterizada por uma base muito larga e um achatamento no topo da pirâmide etária.

De facto, entre 1950 e 1980, tempo que antecede à elaboração da política, registou-se um aumento da população em geral e um aumento proporcional dos jovens. No ano de 1980 foi realizado o primeiro censo de Moçambique independente, no qual registou-se uma população de cerca de 12,1 milhões de habitantes, passando para 16,1 milhões em 1997, dos quais 44,8% eram jovens. No censo de 2007, foram registados 20,6 milhões de habitantes, dos quais 46,9% jovens, e no último censo de 2017 foram contabilizados 27,9 milhões de habitantes, com cerca de 66% da população sendo jovem, isto é, com menos de 25 anos. Portanto, é possível observar que com o aumento do volume populacional, a proporção de população jovem também aumentou, conforme se previa.

Actualmente, cerca de 27 anos após a aprovação da Política da Juventude, a juventude é a faixa etária mais participativa da população em termos demográficos, mas o mesmo não se faz sentir no processo de construção da nação moçambicana. Esta situação constitui um motivo de preocupação, pois a velocidade do crescimento populacional tem implicações em todos os sectores de desenvolvimento do País e, particularmente, a nível económico, o que se reflecte nos níveis de pobreza.

Apesar de se ter verificado uma redução das taxas de pobreza em Moçambique entre os anos de 1996 e 2014 (os níveis reduziram de 69,7% para 46,1%) devido a uma série de factores, a taxa voltou a aumentar nos últimos anos, com uma projecção de cerca de 63% de população pobre em Moçambique no ano de 2021. Isto é

³ https://www.youthpolicy.org/national/Mozambique_2012_Draft_National_Youth_Policy.pdf

⁴ <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/06/Governo-continua-sem-estrat%C3%A9gia-clara-para-tirar-milh%C3%B5es-de-jovens-do-desemprego.pdf>

alarmante, dado que no mesmo intervalo a população aumentou em mais de 50%⁵. Um aumento populacional desproporcional à redução dos níveis de pobreza gera pressões sobre os gastos públicos. Uma vez que maior parte da população pobre é composta por jovens, esta é, então, a faixa etária que mais pressiona os gastos públicos, o que se reflecte principalmente em défices de satisfação das suas necessidades em termos de educação, emprego, habitação e saúde.

Trata-se, na verdade, de um ciclo que parte da fase antes da juventude, a infância. Ainda no caminho para chegar à formação profissional, estes deparam-se com vários desafios. Além da pobreza, factores ligados à qualidade da educação, tal como o défice de professores devidamente qualificados, condições de estudo e equipamento sanitário precário nas escolas primárias e secundárias, dificultam o processo de aprendizagem ainda nas primeiras etapas de vida dos jovens. Embora as taxas de ingresso tenham aumentado nos últimos anos, mais de metade dos alunos nunca chega a completar o ensino primário, o que se reflecte nas elevadas taxas de iliteracia, estimadas em cerca de 39%⁶. E mais: muitas crianças e adolescentes terminam o ensino sem a devida formação e aperfeiçoamento de capacidades, enfrentando posteriormente dificuldades para ingressar ao ensino superior. Chegados a esta fase, os jovens deparam-se com novos desafios, começando desde logo pelo ingresso às universidades.

Existem cerca de 56 Instituições de Ensino Superior em Moçambique (IES), um terço das quais públicas. Não obstante, o rácio de população universitária em termos relativos é ainda muito baixo. Moçambique está muito longe quer dos rácios regionais, quer dos rácios globais. A média africana está acima dos 10%, contra os cerca de 25% em termos globais, e em Moçambique mal se chega aos 1%. Portanto, para uma população de 28 milhões de habitantes, em que mais de 50% tem mais de 15 anos, apenas 200 mil fre-

quenta o ensino superior⁷. Um dos factores por detrás deste fenómeno é a elevada desigualdade no acesso às IES entre as diferentes regiões do País, apesar de estarem presentes em quase todas as províncias. Isto reflecte, por um lado, a pressão que se faz sentir na admissão às universidades públicas, que tende a agravar-se ao longo dos anos dado o aumento do rácio de concorrentes por vaga e, por outro, a falta de recursos da maior parte dos jovens para aderir às universidades privadas, principalmente as mais prestigiadas em termos de qualidade de ensino, cujas taxas de adesão e propinas ficam mais caras com o passar dos anos por influência das dinâmicas da própria demanda.

Assim, apenas uma pequena proporção dos jovens consegue uma formação de ensino superior em Moçambique e a grande maioria são jovens privilegiados. Chegados à fase de entrada no mercado de trabalho, os jovens são, por um lado, desafiados pela sua falta de capacitação técnico-profissional e, por outro, pelo número reduzido de oportunidades para absorver tantos jovens.

Cerca de 500.000 jovens entram no mercado de trabalho anualmente e os postos de emprego existentes não conseguem acompanhar o ritmo⁸, o que se reflecte na taxa de desemprego juvenil que em 2019 foi estimada em cerca de 7.18%. Esta taxa, embora pareça reduzida, encontra-se longe dos padrões de desemprego considerados aceitáveis, pois além de não captar a realidade desesperadora que se vive entre os jovens em Moçambique na busca por emprego dando lugar a várias formas de manifestação de insatisfação, há até algum ceticismo quanto à precisão dos dados sobre o desemprego juvenil em Moçambique⁹.

Dos 92,82% de jovens empregados, a maioria pertence às zonas urbanas, sendo que nas zonas periférico-urbanas e rurais os jovens tendem a estar em actividades menos produtivas e um número ainda mais expressivo destes jovens não

⁵ <https://www.theigc.org/blogs/progress-poverty-eradication/poverty-eradication-mozambique-progress-and-challenges-amid>

⁶ <https://clubofmozambique.com/news/germany-and-partners-support-youth-education-and-employment-to-promote-mozambiques-inclusive-growth-232494/>

⁷ <https://jus.com.br/artigos/97289/desafios-do-ensino-superior-no-ambito-do-desenvolvimento-social-e-economico-em-mocambique>

⁸ <https://blogs.worldbank.org/jobs/four-ways-mozambique-can-achieve-faster-jobs-transformation-and-capture-demographic-dividend>

⁹ <https://www.voaportugues.com/a/campanha-custa-ser-jovem-em-mo%C3%A7ambique-clama-por-emprego-para-a-camada-juvenil/6018887.html>

tem acesso aos serviços básicos de saúde, habitação, nem aos parcos financiamentos para iniciativas juvenis. Por sua vez, estes factores acabam propiciando os jovens a comportamentos desviantes e a envolverem-se em várias práticas criminais cuja incidência tem vindo a aumentar nos últimos anos. O recrutamento de jovens pelos grupos extremistas violentos em Cabo Delgado enquadra-se nesta problemática¹⁰. Não lhes restando muitas opções, jovens que deveriam contribuir na construção da nação moçambicana acabam participando da destruição da mesma.

Associados aos impasses supracitados, os défices de educação em termos de oferta, qualidade e condições de acesso estão na origem de outros problemas sociais, como casamentos e gravidezes prematuras. Em 2018, a taxa de fertilidade na adolescência era de 194 nascimentos por 1.000 adolescentes do sexo feminino, sendo de 230 por 1.000 adolescentes nas zonas rurais e 134 por 1.000 nas zonas urbanas. Por reflexo, 45 % de jovens moçambicanas, com idades compreendidas entre 15 e 19 anos de idade, estavam grávidas ou já tinham um filho¹¹.

Por sua vez, estes factores estão associados à

reprodução da pobreza e do ciclo de frustrações descrito anteriormente, o que leva muitas jovens mulheres a abandonar os estudos e perder oportunidades por conta das responsabilidades maternas e conjugais. Ainda no âmbito de aspectos ligados à saúde sexual e reprodutiva, é importante mencionar que Moçambique posiciona-se entre os 10 países com maior número de infecções por HIV a nível global. Embora visíveis, os esforços das entidades governamentais tanto em termos de sensibilização bem como de provisão de serviços de saúde sexual e reprodutiva, não se fazem sentir na realidade, tendo em conta o crescente número de infectados no País. O mais preocupante é que a maioria dos infectados é constituída por jovens.¹² Portanto, ao invés da colheita de benefícios do dividendo demográfico, este transformou-se em “maldição” para Moçambique. Quase três décadas depois da aprovação da Política da Juventude, o grande objectivo de dar primazia à participação da juventude na construção de Moçambique continua uma miragem, apesar dos aparentes esforços de política no seguimento desta, o que gera questionamentos sobre a eficácia de tais esforços.

Alguns desafios na implementação de políticas para juventude

Estudos sobre a efectividade das políticas da juventude em Moçambique levantam alguns problemas na implementação, nomeadamente (i) o carácter descontínuo das actividades desenvolvidas no sector da juventude; (ii) a natureza transitória e pontual dos resultados associada à incapacidade de avaliação mais profunda do impacto da actuação do sector e demais sobre temáticas da juventude; (iii) predominância de actividades de “quick wins”; (iv). fraca apropriação dos resultados alcançados em acções colectivas, sobretudo para as associações juvenis e pro-juvenis; (v). usurpação de protagonismo

por parte de algumas organizações e/ou do Governo em relação aos resultados produzidos no âmbito de trabalho colectivo; e (vi) falta de base social na legitimação da agenda a advogar¹³.

Os objectivos e as dimensões abrangidas pelas políticas e estratégias da juventude espelham sobremaneira a transversalidade e intersectorialidade dos assuntos da juventude. Este facto ressalta a importância de acções coordenadas entre o Governo, sociedade civil e parceiros de desenvolvimento para o alcance dos objectivos das políticas da juventude.

¹¹ <https://www.afro.who.int/pt/news/cerca-de-metade-das-adolescentes-mocambicanas-tem-um-filho-ou-esta-gravida>

¹² <https://worldpopulationreview.com/country-rankings/hiv-rates-by-country>

¹³ Relatório sobre o Grau de Implementação das Políticas e Estratégia da Juventude em Moçambique. CEURBE, 2020.



INFORMAÇÃO EDITORIAL

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Glédice Biza
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

